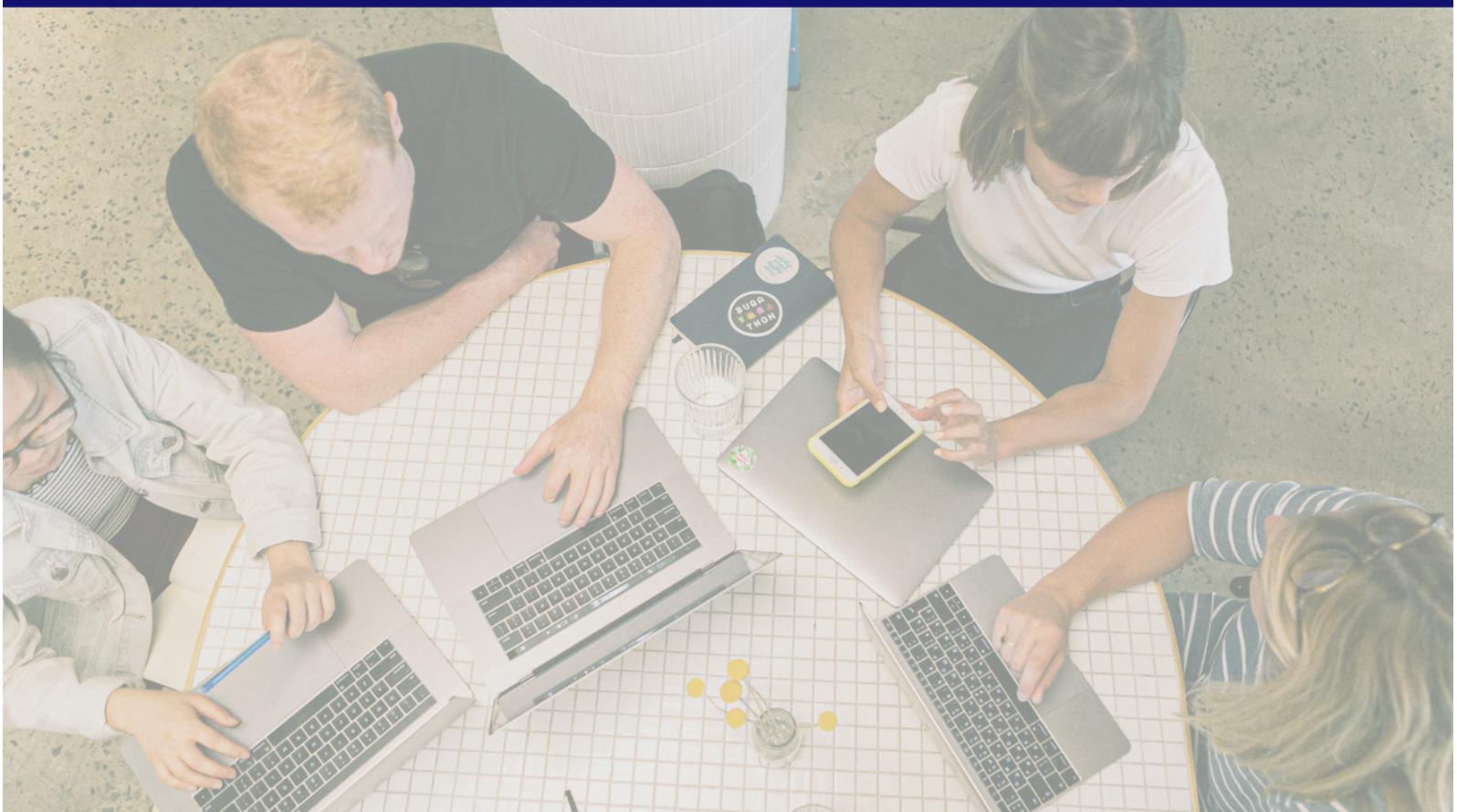




UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

2023

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
GUILHERME TONON

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
GUILHERME TONON

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Contabilidade Pública – Prof. Paulo César Montanheiro

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Prof^a. Mariângela M. Santos

Tópicos Especiais em Ciências Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Tópicos Especiais – Prof^a. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Brenda Venâncio, RA 20001323

José Rafael Cirino, RA 20000554

Larissa Vitória de Paula, RA 20000356

Luis Guilherme Cassiano, RA 20000969

Maria Eduarda Petreca, RA 20001834

Tatiane Serrano, RA 20000075

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
NOVEMBRO 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3	PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL	6
3.1	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	6
3.1.1	CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	6
3.1.2	MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO	8
3.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	10
3.2.1	TIPOS DE RISCOS	11
3.2.2	MATRIZ DE RISCO	12
3.2.3	PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS	13
3.3.1	DASHBOARD	17
3.3.2	ANALISANDO O DASHBOARD	18
3.4	CONTABILIDADE PÚBLICA	18
3.4.1	CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).	19
3.4.2	MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	26
3.4.3	REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	28
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE	32
3.5.1	LIDERANDO NA ATUALIDADE	32
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	36
4	CONCLUSÃO	38

1 INTRODUÇÃO

No cenário dinâmico e competitivo do mundo empresarial, a análise criteriosa de riscos e oportunidades desempenha um papel fundamental na formulação de estratégias bem sucedidas e na sustentabilidade das organizações. Este Projeto de Consultoria Empresarial, intitulado "Riscos e Oportunidades no Agronegócio", concentra-se na análise aprofundada da empresa Guilherme Tonon, que opera no setor de agronegócio, mais especificamente no cultivo de café e milho. O objetivo primordial deste projeto é identificar, avaliar e propor estratégias para mitigar os riscos e capitalizar as oportunidades inerentes às atividades da empresa, visando otimizar sua eficiência operacional, sustentabilidade financeira e expansão estratégica.

Para alcançar os objetivos deste projeto, será empregada uma abordagem metodológica baseada na metodologia científica, combinando pesquisa bibliográfica, análise documental e financeira. A pesquisa bibliográfica permitirá a compreensão dos conceitos chave relacionados a riscos e oportunidades no setor de agronegócio, enquanto a análise documental explora os registros financeiros e operacionais da empresa Guilherme Tonon.

No decorrer deste projeto, serão identificados os principais riscos enfrentados pela empresa, bem como as oportunidades potenciais, incluindo diversificação de cultivos e estratégias de mercado. Com base nas descobertas, serão propostas estratégias de mitigação de riscos e aproveitamento de oportunidades, visando proporcionar à empresa uma base sólida para tomar decisões informadas e promover um crescimento sustentável em um setor tão crucial como o agronegócio.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa Guilherme Tonon, registrada sob o CNPJ 27.192.149/0001-76, tem sua localização na cidade de Santo Antônio do Jardim, no estado de São Paulo. Situada no bairro Jaguari, em uma região rural do município, a empresa enraíza suas operações em tradições que remontam a gerações passadas. Suas atividades econômicas centram-se no cultivo de café, categorizado pelo CNAE 01.34-2-00, e também no cultivo de milho, reconhecido pelo CNAE 01.11-3-00. O legado das terras utilizadas para o plantio remonta à época dos bisavós da família Tonon, ainda que sua formalização sob o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica tenha ocorrido em fevereiro de 2017.

De notável importância é a extensão do cultivo de café, totalizando 30 mil pés, representando uma parcela significativa da produção local. O café, além de ser um componente essencial do agronegócio brasileiro, possui um impacto socioeconômico expressivo na região e no país como um todo. Considerando essa relevância, a análise minuciosa dos riscos que podem influenciar a produção, a comercialização e a viabilidade financeira do café, juntamente com a exploração das oportunidades emergentes, torna-se imperativa para garantir a contínua prosperidade da empresa.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O agronegócio como o conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas entre o fornecimento dos insumos para produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia.

O Agronegócio é o motor da economia nacional, registrando importantes avanços quantitativos e qualitativos; mantém-se como setor de grande capacidade empregadora e de geração de renda, e cujo desempenho médio tem superado o desempenho do setor industrial. Ocupando posição de destaque no âmbito global, tem importância crescente no processo de desenvolvimento econômico. Tendo em vista a importância do Agronegócio para economia nacional, a Contabilidade assume, então, um papel fundamental na administração desse segmento.

A Contabilidade é uma ciência social que estuda o patrimônio de uma entidade. Nesse contexto, a Contabilidade auxilia o processo de administração de um negócio, exercendo um papel fundamental na tomada de decisões. Ela traduz, em valores monetários, o desempenho do agronegócio anunciando o grau de eficiência de sua administração. Em outras palavras, a Contabilidade vai dizer se uma Empresa Rural está atingindo o seu objetivo final como agronegócio.

Assim, por meio da Contabilidade é possível ter dados precisos sobre o desempenho da organização, e assim controlar melhor o patrimônio, os custos, as despesas, as receitas e tomar decisões de uma forma mais estratégica, mudando as estratégias quando necessário e seguindo o planejamento quando identificado como correto.

3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

A Contabilidade Rural é a ciência que estuda o patrimônio rural, dando contas específicas a esse meio e suas particularidades, evidenciando a importância de cada segmento do meio, seja criação de animais ou de culturas permanentes e perenes.

No momento em que se avalia a importância da Contabilidade Rural em gerar informações para a tomada de decisões, a empresa, para obter resultados, deve estar subordinada a uma administração e contabilização eficiente, e isso requer conhecimento do

negócio, além de, especialização e da modernização da agropecuária. É justamente nesses aspectos que a empresa rural apresenta carências e prejudica todo um processo de desenvolvimento e modernização do setor. Assim, por meios de informações fornecidas pela contabilidade é que se inicia o processo da tomada de decisões coerentes no processo decisório e do planejamento do contexto da empresa rural, melhorando as empresas rurais e suas atividades.

Para contabilizar, a agricultura que representa, toda a atividade de exploração da terra, seja pelo cultivo de lavouras e florestas, ou pela criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer as necessidades humanas, a contabilidade tem como base, o CPC 29 - ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA, onde, atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas, ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade. Compreende uma série de atividades, como aumento de rebanhos, silvicultura, colheita anual ou constante, cultivo de pomares e de plantações, floricultura e cultura aquática, incluindo a criação de peixes, no caso deste trabalho, o cultivo do café.

A referida norma ainda define a produção agrícola como o produto colhido de ativo biológico da entidade e ativo biológico como um animal e/ou uma planta, vivos. Em complemento, afirma que a transformação biológica compreende os processos de crescimento, degeneração, produção e procriação, que causam mudanças qualitativas e quantitativas nos ativos biológicos.

Este pronunciamento (CPC 29) deve ser aplicado para a produção agrícola, assim considerada aquela obtida no momento e no ponto de colheita dos produtos advindos dos ativos biológicos da entidade. Após esse momento, o CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento Técnico mais adequado, deve ser aplicado.

Além disso, outros termos podem ser utilizados ao decorrer deste trabalho, e constam no pronunciamento do CPC 29, são eles:

- Atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade. Planta portadora é uma planta viva que: (a) é utilizada na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas; (b) é cultivada para produzir frutos por mais de um período; e (c) têm uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola, exceto para eventual venda como sucata.
- Produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade.
- Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos.

- Transformação biológica compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças qualitativa e quantitativa no ativo biológico.
- Despesa de venda são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda de ativo, exceto despesas financeiras e tributos sobre o lucro.
- Grupo de ativos biológicos é um conjunto de animais ou plantas vivos semelhantes.
- Colheita é a extração do produto de ativo biológico ou a cessação da vida desse ativo biológico.

3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

O agronegócio como o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nessas unidades, até o processamento, distribuição e consumo desses produtos agropecuários “in natura” ou industrializados, é considerado como a maior intensidade das relações intersetoriais que determinados setores econômicos apresentam. Tais relações são baseadas em atividades que proporcionam acumulação de capital, investimento e progresso tecnológico.

Dessa forma, o agronegócio trata dos negócios agropecuários propriamente ditos que representam os pequenos, médios ou grandes produtores rurais, constituídos na forma de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas, o agribusiness compreende um complexo econômico que vai além da agropecuária e da agroindústria, pois inclui também comércio, transporte, armazenagem e financiamento das atividades pertencentes a esse mesmo complexo. No âmbito brasileiro, além de moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio é uma atividade próspera, segura e rentável, vista como uma excelente oportunidade de investimento.

Dentro do mercado financeiro do agronegócio, existem os contratos de opção, contratos a termo e os contratos futuros, que representam uma operação mais intensiva no mercado futuro e que podem ser uma saída para os produtores rurais. Um contrato futuro nada mais é do que um contrato de compra e venda entre dois investidores.

A parte comprada se compromete a comprar o ativo objeto do contrato na data de vencimento, enquanto a parte vendida se compromete a vender e entregar o ativo em questão, ou seja, é um compromisso de fazer ou receber entrega de uma certa quantidade e qualidade de determinado produto, ou commodity. Para os produtores, os negócios na bolsa de futuros representam um seguro de preços para a comercialização dos produtos agropecuários, uma vez que ainda não é possível fixar no mercado, preços para o próximo ano, no mercado futuro os produtores podem comercializar a safra que ainda vão colher. O objetivo do mercado

futuro não é receber ou vender os produtos que os contratos negociados representam – o café, por exemplo – mas lucrar com a variação de preços desses produtos, podendo garantir que conseguirá vender seu produto por um preço justo em determinada data independentemente do preço de mercado ter caído vertiginosamente na ocasião. Dessa forma, todos os termos do contrato são padrão, com exceção do preço, que é determinado pela oferta e pela demanda.

Já os contratos a termo surgem, como uma alternativa à obtenção de financiamentos bancários, na medida em que permitem ao produtor negociar antecipadamente a produção que irá ainda plantar, fixando desde já o preço a ser pago futuramente pelo adquirente. Tal espécie contratual, além de trazer segurança ao produtor quanto à comercialização de sua produção, passa a funcionar como instrumento de financiamento da sojicultura no Brasil, tanto sob a forma de financiamento direto (mediante a entrega antecipada de parte do pagamento, por exemplo), quanto através da entrega de insumos para o cultivo do produto. Ou seja, são negócios para entrega futura, mas com definição atual de valor.

Por fim, o mercado de opções é o mercado onde são negociados direitos de compra e de venda de um determinado produto, com preços e prazos de exercícios pré-estabelecidos. Opção então é simplesmente o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender algo a um preço específico, a qualquer momento dentro de um prazo de tempo definido previamente.

Cada contrato futuro de café corresponde a 100 sacas de 60 kg de grãos de café Arábica de produção nacional, destinado a entrega em São Paulo, SP. Onde o Guilherme pode hoje, negociar esses contratos através da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) da B3, sob o charmoso código KFE (café tipo 4/5), pode usar contratos desse tipo para saber exatamente quanto dinheiro vai receber por cada saca antes mesmo de colher e entregar aos compradores. Isso evita prejuízos, caso o valor da saca desvalorize entre o plantio e a colheita, e também pode significar ganhos abaixo do mercado, caso o preço na data de vencimento do contrato esteja acima do negociado.

Dessa forma, o Guilherme garante um preço justo pela venda de sua produção, de modo que consigam ao menos cobrir os custos relacionados ao plantio desta cultura, já que, como qualquer cultura de produção agrícola, o café está sujeito aos efeitos do clima, a ocorrência de pragas e doenças, bem como o acerto profissional do responsável pela lavoura. Além disso, o cafeicultor ainda lida com os efeitos da bienalidade, caracterizada como a produção de safras alternadas entre baixas e altas, influenciando substancialmente nos preços que serão comercializados. Desse modo, como alternativas, os mercados futuros aparecem como mecanismos de gerenciamento de riscos que contribuem para diminuir o risco de o

produtor vender o seu produto a preços baixos devido às oscilações do mercado de renda extremamente volúvel.

Apesar de parecer algo sofisticado e complicado, o mercado futuro representa contratos bilaterais em que há equivalência entre as partes celebrantes com contraprestações sem moeda corrente e, apesar do risco envolvido (safra perdida em decorrência de condições climáticas desfavoráveis), ambas as partes, ao final, possuem a possibilidade de auferir vantagem para o produtor.

O café enquanto produto apresenta um dos maiores índices de volatilidade de preços em relação às bolsas de valores, e esta sensibilidade nas cotações se deve a diversas razões ligadas diretamente com a oferta e procura, bem como a fatores mercadológicos e não sistêmicos, como por exemplo, as mudanças climáticas, portanto, o grupo acredita ser uma alternativa viável para a empresa, adquirindo assim um horizonte de planejamento e de segurança para a comercialização e o financiamento do produto.

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

A gestão de riscos é um processo por meio do qual são tomadas decisões de aceitar um perigo em potencial conhecido ou de minimizá-lo, com utilização de instrumentos apropriados. Essa gestão é muito importante em qualquer empresa, pois num mercado globalizado, um fato econômico ocorrido na Ásia, do outro lado do mundo, provoca reflexo imediato na economia brasileira. O risco implica na incerteza de uma aplicação e permite uma estimativa da probabilidade do investimento gerar o retorno esperado pelos cotistas, no qual em finanças é a variação do retorno obtido em comparação com o retorno esperado tanto positivo quanto negativo. (Enap, 2019)

O risco pode ser definido como probabilidade de perigo, insucesso de determinado empreendimento, em função de acontecimentos eventuais e incertos, ou seja, o risco está ligado à uma ameaça e no cenário econômico financeiro, há sempre ameaças para um investimento não dar o lucro esperado pelos seus investidores, portanto, para que essa “ameaça” seja administrada, surgiu a área de gestão de risco, a qual aborda diversos meios de reduzir essa exposição ao insucesso.

A gestão de risco tem como objetivo minimizar as perdas, preservar o capital e proteger os lucros de um investimento, ou seja, permitir o acúmulo de patrimônio, onde serão estudadas maneiras de aumentar os ganhos e reduzir as perdas.

Para identificar os riscos, é preciso definir os objetivos corporativos e operacionais, para que, tendo clareza seja possível identificar os riscos e a capacidade que cada evento tem

de influenciar na capacidade de alcançar os objetivos. Outro passo importante, é listar todos os riscos que sejam relevantes para a atividade do investimento, para isso serão procurados, investigados e listados todos os riscos, como financeiros, de gestão, de reputação, econômicos, tecnológicos, fraude e meio ambiente. Por fim, é preciso definir as medidas de controle existentes para cada um dos riscos identificados e cada pessoa que será responsável por garantir o controle interno da situação.

3.2.1 TIPOS DE RISCOS

Todo risco é seguido de uma probabilidade, ou seja, qual a chance de acontecer, e também o impacto, que se acontecer, qual o tamanho do prejuízo ou estrago que ocasionará. Portanto, analisando os riscos sistemático, não sistemático e operacional, foi possível identificar quais são os tipos de riscos que a empresa está sujeita a enfrentar e o que poderá fazer para mitigar o problema.

Variação do dólar ou alteração no valor do café são um dos riscos mais prováveis de ocorrer, por instabilidade econômica e governamental, com isso o seu impacto seria grande, podendo gerar prejuízo para a empresa. Uma forma de minimizar essa ocorrência, é o contrato futuro de café onde o produtor pode negociar a saca de café antes mesmo de colher e entregar aos compradores. Isso evita prejuízos, caso o valor da saca desvalorize entre o plantio e a colheita.

Existem tipos diferentes de risco, como o risco sistemático se refere a qualquer risco que afete as empresas em geral, embora não com a mesma magnitude em todas, e que não pode ser eliminado via constituição de uma carteira de títulos diversificada, como por exemplo a incerteza sobre condições econômicas gerais, representadas por produto nacional, taxas de juros, ou inflação, afeta praticamente todas as empresas, com alguma intensidade. Enquanto o risco não sistemático, também conhecido como Risco Específico, é um tipo de risco que afeta especificamente uma empresa ou um pequeno grupo de empresas, ou mesmo um dado setor de atividade, e que pode ser reduzido, senão mesmo eliminado, via constituição de uma carteira de títulos suficientemente diversificada, por exemplo a invenção de um processador capaz de processar 100 vezes mais informações com o mesmo custo do processador da geração atual provocará impacto sobre as empresas concorrentes e outras empresas ligadas ao setor de informática, mas não refletirá sobre a indústria da pesca, pelo menos no curto prazo.

Outro tipo de risco, é o operacional, que é basicamente inerentes às atividades de operações, e podem ser causados por catástrofes, fraudes, falha humana, produtos e serviços,

legislação, ou até por problemas de imagem, como por exemplo perda material, responsabilidade civil, lucros cessantes e crédito. Os riscos da natureza financeira podem exercer impacto sobre os ativos e passivos financeiros, bem como sobre os preços futuros, em nível considerável e inesperado, e podem causar grandes prejuízos financeiros.

São exemplos o aumento considerável do preço da matéria-prima; a redução forçada do preço de venda; o aumento ou redução considerável da taxa de câmbio; o aumento ou redução considerável da taxa de juros; a não ocorrência do aumento ou da redução da taxa de juros em nível esperado.

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

Uma matriz de riscos ou matriz de probabilidade e impacto é uma ferramenta de gestão de riscos que permite identificar visualmente quais riscos merecem mais atenção. Por ser uma ferramenta de priorização de riscos, pode ser aplicada durante a fase de avaliação de riscos. Portanto, identificar riscos é uma etapa que deve ser concluída antes da aplicação da ferramenta.

É uma ferramenta utilizada para mapear e gerenciar os riscos, permitindo ao empresário, uma visão ampla e simples de quais riscos exigem mais atenção, o grande diferencial da Matriz de Riscos é a facilidade que ela proporciona para visualizar informações sobre um determinado conjunto de riscos.

A matriz de risco consiste em uma tabela orientada por duas dimensões: probabilidade e impacto. Através destas duas dimensões, a classificação de risco pode ser calculada e visualizada, incluindo a avaliação do impacto sobre a probabilidade.

A probabilidade (eixo vertical) consiste na medição de o quão provável é a ocorrência do risco. A probabilidade deve ser medida em níveis, que são muito baixo, baixo, moderado, alto e muito alto, e deve analisar o quão fácil ou difícil é para que determinado risco aconteça.

Enquanto que, o impacto (eixo horizontal) se refere às consequências do risco caso ele vier a ocorrer, ou seja, os prejuízos ou danos causados caso o risco aconteça de fato. O impacto também é medido em níveis, por exemplo: muito baixo, baixo, moderado, alto e muito alto.

Depois de identificado os tipos dos riscos, foi criada uma matriz de riscos e suas possíveis ocorrências a curto e longo prazo.

Tabela 1: Matriz de risco em possíveis situações

Risco	Probabilidade	Impacto	Resultado
Falta de gestão	Muito provável	Catastrófico	Extremo
Produção diversificada	Quase certa	Moderado	Alta
Variação do Dólar	Provável	Grande	Alta
Alteração no valor do café	Provável	Grande	Alta
Geadas	Pouco provável	Catastrófico	Alta
Novos plantios	Pouco provável	Moderado	Médio
Pragas na plantação	Muito provável	Grande	Médio
Falta de manutenção	Impossível	Moderado	Baixo

Fonte: Criação própria (2023)

3.2.3 PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS

O investimento no cultivo de café é uma atividade que oferece oportunidades significativas, mas também carrega uma série de riscos que podem afetar a viabilidade financeira e a prosperidade do negócio. Estes riscos podem ser categorizados em várias áreas, e é fundamental compreendê-los e adotar estratégias eficazes para minimizá-los.

Um dos riscos mais evidentes e impactantes é a variação do dólar, que é influenciada por fatores econômicos e governamentais. A flutuação cambial pode ter um impacto direto nas exportações de café, afetando os preços e, por consequência, os lucros. Como essa variação é frequentemente imprevisível, a comercialização antecipada do café ou o uso de contratos de proteção cambial podem ser estratégias para minimizar o impacto negativo.

Outro desafio que a empresa enfrenta é a possibilidade de geadas, que são uma ameaça sazonal às plantações de café. Embora a probabilidade de ocorrência possa variar com a localização geográfica, os danos causados por geadas podem ser significativos. Implementar sistemas de proteção, como irrigação para proteger as plantas, e escolher áreas menos suscetíveis a geadas, são medidas prudentes para mitigar esse risco.

O investimento em novo plantio é um passo importante, mas que traz consigo riscos de investimento inicial elevado e um retorno que pode demorar a se concretizar. O planejamento detalhado é fundamental, levando em consideração a demanda de mercado, a disponibilidade de recursos e a análise cuidadosa do custo-benefício a longo prazo.

A falta de gestão eficaz é um risco operacional que não pode ser subestimado. A probabilidade de ocorrer é alta, e as consequências de uma gestão inadequada podem ser catastróficas, afetando todas as áreas do negócio. A empresa pode abordar esse risco

investindo em treinamento de gestão, contratando profissionais experientes ou, em casos extremos, considerando a terceirização da gestão para especialistas.

Além disso, a saúde das plantações de café pode ser comprometida devido a doenças. A probabilidade de infestação varia, dependendo das condições climáticas e das práticas de manejo. A implementação de práticas agrícolas preventivas, monitoramento constante das plantações e a disponibilidade de métodos eficazes de prevenção e tratamento são essenciais para minimizar esse risco.

Por último, a falta de manutenção adequada dos equipamentos e instalações da fazenda pode prejudicar a produtividade e a qualidade do café. Estabelecer um programa de manutenção preventiva é crucial para garantir que tudo funcione corretamente e minimize possíveis interrupções no processo produtivo.

Em resumo, a empresa Guilherme Tonon, com suas atividades de cultivo de café, opera em um setor repleto de desafios e riscos. No entanto, a gestão adequada e a implementação de estratégias de mitigação específicas podem ajudar a enfrentar esses desafios e garantir a continuidade e a prosperidade do negócio. Além disso, a empresa deve manter-se atualizada com as mudanças do mercado de café e estar pronta para aproveitar as oportunidades emergentes que possam surgir.

Nossa proposta de investimento, é a implementação da irrigação no cultivo do café, uma vez que, ao observar estudos da UNESP em 2000, verificou-se que em circunstâncias normais, o café sequeiro rende 22 sacas beneficiadas, por hectare, na primeira safra, chegando a 103 sacas no final de três safras, ao passo que o café irrigado rende 37 na primeira e 150 sacas nas três safras. Para isso, será necessário a implementação de um pivô central, que é o mais indicado para áreas maiores, com declividade até 20%, exigindo menos mão de obra.

Dentre outras vantagens da implantação de irrigação em lavouras adultas estão a redução dos efeitos da bienalidade, possibilidade de realização de um balanço nutricional de acordo com a fase fenológica com a técnica da fertirrigação e aumento da produtividade, por essa razão, o sucesso da irrigação está inteiramente ligado ao dimensionamento adequado do projeto de irrigação e o manejo e manutenção nos anos posteriores.

Em projetos de sistema de irrigação por aspersão automatizados, foram consultados sites que apresentam projetos na área de irrigação, que praticam valores similares e chegou-se ao valor médio de R\$ 9.700,00 por ha, para instalação do sistema de irrigação por gotejamento, incluindo estações de bombeamento e obras de infraestrutura de irrigação na área a ser feita instalação no sistema de irrigação fixo, que é o mais utilizado atualmente. O custo de manutenção é baixo, com vida útil superior a 15 anos. Considerando que o

Guilherme possui 20 hectares em sua produtividade atual, o custo da implantação da cultura de café irrigado será de R\$194.000,00.

Nas partes de custos mensais, tem se a conta de energia que para fazer rodar todos os equipamentos, a conta de água e manutenção dos equipamentos, que é estimada em R\$7.000,00 ao mês. Ao final de 4 anos, o investimento total, caso os números se mantenham fixos, será de R\$530.000,00.

Com isso, considerando que após a maturidade do café, uma safra possui uma produtividade alta e na próxima, devido a necessidade de recomposição do vegetal, a produção apresenta queda, e que estes efeitos impactam diretamente a rentabilidade do produtor, não consideramos a produtividade como igual nos anos 1 e 2, e nos anos 3 e 4, sendo os anos 1 e 3 o de alta produtividade e os anos 2 e 4 os de queda.

Por meio dessa analogia, chegamos a seguinte tabela de investimento e retorno:

Tabela 2: Projeção do investimento

PROJETO DE IRRIGAÇÃO						
Juros	12,75%					
Investimento		-R\$	530.000,00	VPL	Fluxo e VPL	TIR
				(530.000)		39,87%
Fluxos	1	R\$	262.500,00	R\$ 232.815,96	(297.184,04)	
	2	R\$	157.500,00	R\$ 123.893,20	(173.290,84)	
	3	R\$	822.500,00	R\$ 573.833,97	400.543,13	
	4	R\$	560.000,00	R\$ 346.514,83	747.057,96	
		R\$	1.802.500,00	R\$ 1.277.057,96		

Fonte: Criação própria (2023)

Analisando a tabela, podemos observar que, o investimento irá retornar entre o segundo e o terceiro ano, especificamente 2,02 ano, sendo esse nosso payback (tempo de retorno de um investimento). Além disso, ao investir R\$530.000,00 o projeto retornará R\$747.057,96 já considerando o valor presente, representando um TIR (Taxa Interna de Retorno) de 39,87%.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

Para a tecnologia da informação e Business Intelligence o dashboard é uma ferramenta que, em português, significa painel de controle, ou seja, a partir dela é possível realizar toda a gestão de dados de um projeto. Com isso, é possível ter um maior auxílio na exibição de métricas que indicam como um processo, campanha ou a saúde de um negócio está se desenvolvendo.

Um dashboard é composto de números, tabelas, textos e gráficos, que representam o detalhamento de todas essas informações complexas de maneira simplificada e organizada, auxiliando as empresas na tomada de decisões e acompanhamento de metas de forma rápida e fácil.

Além disso, ele pode ser utilizado por qualquer área, para as mais diversas finalidades, pois é customizável. Para que o dashboard funcione da melhor forma, precisa estar conectado aos servidores de dados da empresa.

É possível criar vários tipos de Dashboard, eles podem ter perfis diversos de um público, inclusive os mais técnicos, com foco no desempenho de uma parte de um processo organizacional ou de gestão, por meio de um resumo dos indicadores a serem acompanhados, para que a empresa cresça cada vez mais.

Podemos citar como exemplo, três tipos de dashboard, o primeiro, o dashboard operacional, esse dashboard contém os dados referentes às operações de uma empresa. Ele é utilizado por gestores e pessoas que desejam acompanhar e analisar o desempenho de processos organizacionais, um exemplo são os anúncios de marketing.

O dashboard tático que é o tipo de dashboard apresenta indicadores para se tomar decisões em uma empresa, principalmente para objetivos de médio prazo, avaliando a eficácia ou erros de uma estratégia (por isso o nome "tático") aplicada pela organização.

E por fim o dashboard estratégico, onde os indicadores são importantes para a validação de um planejamento de estratégias, visando o crescimento de uma empresa. O objetivo é que as informações sejam comparadas com o registro histórico, para entender o processo de evolução dos resultados da organização. As métricas de vendas e do financeiro são os dados mais essenciais nesse tipo de dashboard, possibilitando a identificação de erros ou melhorias para aplicação em um plano de ação.

3.3.1 DASHBOARD

O Dashboard foi desenvolvido utilizando a ferramenta Power BI, onde através dela e dos dados fornecidos para nós e desenvolvidos no tópico anterior, utilizamos o Excel para alinhar e formatar e também o Power Query para tratar e organizar os dados para que eles sejam os mais precisos, assertivos e compactos.

Quando usado no Power BI, depois foi feito o upload do arquivo em formato CSV. e após isso todos os dados ficam disponíveis para uso, onde cada planilha e aba fica distribuída em tópicos com suas colunas sendo subtópicos, as colunas se relacionam umas com as outras através de ID's onde o ID (Identificação única de cada dado na tabela) tem que ser o mesmo nas diferentes planilhas para que elas possam se relacionar.

Após isso temos disponíveis diversos tipos de visualizações que podemos combinar com as colunas para obter diversos tipos de resultados, desde tabelas e gráficos de rosca ou gráficos demográficos e todos eles são interativos onde podendo criar segmentos de filtros para que fique mais fácil a filtragem e todos os gráficos interagem entre si, na nossa análise a fim de obter o máximo de dados em uma única tela deixamos ele o mais completo possível onde colocamos visualizações de gráficos de tempo, filtros de data, e filtros de segmentação.

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

No Dashboard feito no Power BI depois de termos feito a importação de todos os arquivos necessários para que o Dashboard ficasse completo, focamos em mostrar todos os dados mais essenciais na tela levando em conta os dados fornecidos.

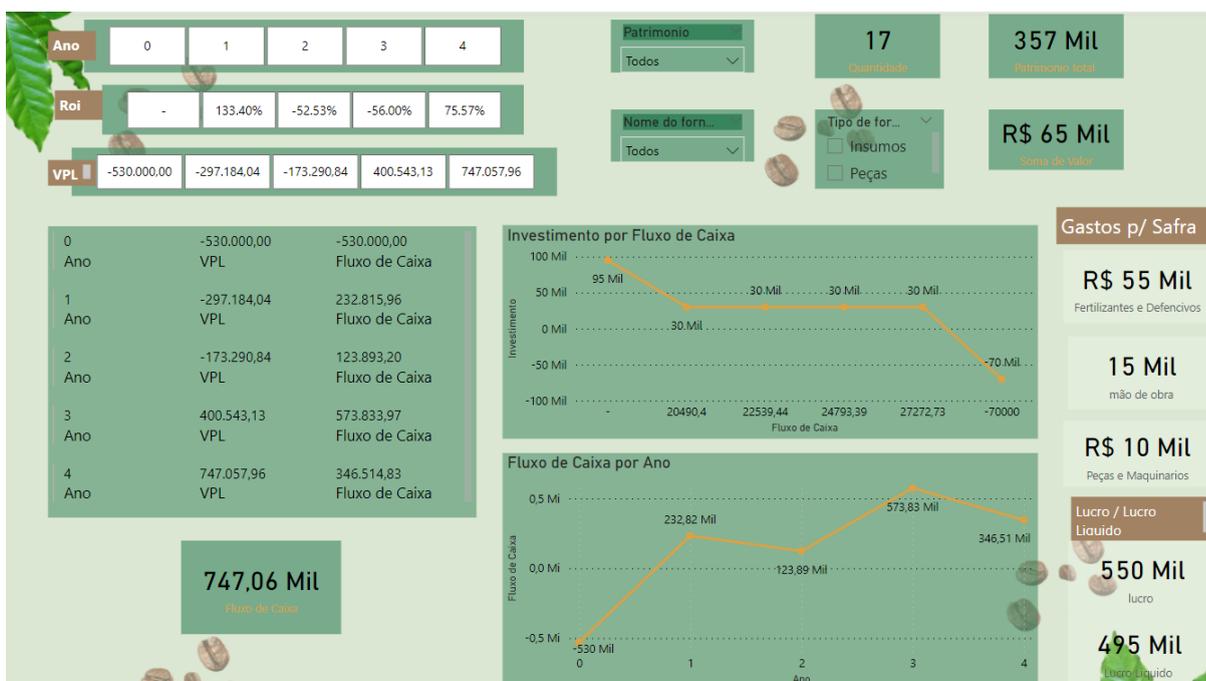
Começamos focando em demonstrar a questão de Fluxo de caixa e VPL por ano em um período de 4 anos utilizando como forma de amostragem uma matriz, em seguida quisemos mostrar a questão de fluxo de caixa mostrado através de um cartão onde seria dinâmico de acordo com a filtragem dos dados, em seguida decidimos demonstrar duas tabelas essenciais a investimentos por Fluxo de Caixa e o Fluxo de Caixa por Ano demonstrando através de um gráfico de linhas os dados de uma forma fácil de ser analisada.

Foi também inserido cartões para que ficasse de forma expressivamente clara a questão de gastos com a safra do produto onde foram inseridos 3 cartões um para expressar os gastos com fertilizante, um para gastos com mão de obra e um com gastos com peças e maquinários todos expressados no período da safra, logo depois usando os dados dos cartões de despesas por safra fizemos cartões mostrando os lucros líquido e o lucro bruto.

Para demonstrar todo o patrimônio que a empresa possui criamos uma segmentação para que possa ser filtrado o item qual queria que seja expressado assim quando filtrado ele mostrará a quantidade daquele mesmo item e o valor que aquele item possui no patrimônio o mesmo foi feito para os fornecedores onde é possível filtrar por fornecedor e também por tipo de fornecedor se seria de insumos ou peças mostrando o valor gasto com cada fornecedor.

E para que tudo isso se complementasse e fosse possível analisar por ano foi colocado 3 segmentações para os filtros uma de filtro de ano facilitando a visualização de cada ano específico ou no total geral, um filtro de Roi onde a pessoa pode ver o ROI por ano e assim se estruturar e por último um filtro de VPL, todos esses filtros interagindo diretamente com as outras visualizações tornando tudo mais dinâmico.

Figura 1: Dashboard desenvolvido



Fonte: Criação própria (2023)

3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA

Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) ramo da ciência contábil e tem o objetivo de captar, registrar e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades que compõem a Administração Direta e Indireta dos entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Contabilidade Pública é um valioso instrumento para o planejamento e controle da administração governamental, bem como para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) que tem como objetivo acompanhar a atividade econômica de um país.

Orçamento é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período.

O Orçamento Público representa o instrumento de planejamento do governo o qual estima as receitas que espera arrecadar no decorrer do próximo período e, com base nelas, autoriza os gastos a serem realizados. Constitui um componente vital ao equilíbrio das contas públicas e revela à sociedade as propriedades do governo.

- Governo DEMONSTRA, todos os anos:
 - Quanto ou o que se pretende arrecadar e como aplicar a arrecadação.
 - Onde é necessário vincular a aplicação desses recursos às metas e os programas necessários para atender a demanda da sociedade ou para solucionar uma dificuldade diagnosticada.

3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).

a) Conceitue Contabilidade Pública (citação ABNT).

Contabilidade pública é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios e as normas contábeis. Além disso, coleta, registra e controla os atos e fatos de natureza patrimonial, orçamentária e financeira do patrimônio público, evidenciando as variações e os consequentes resultados, inclusive sociais, nas entidades de administração pública e a elas equiparadas, proporcionando aos interessados, informações relevantes em apoio aos processos de tomada de decisão e de prestação de contas.

Contudo, a informação do próprio conceito e definição do Conselho Federal de Contabilidade (2009) é responsável por fornecer subsídio para se compreender a contabilidade pública como um instrumento de controle, ferramenta de transparência de informação contábil, responsável pela produção de relatórios que sirvam à administração no processo de tomadas de decisões, assim como nas instituições privadas.

Todavia compreende-se assim, que uma contabilidade mal executada, pode ser responsável por impactos desastrosos em uma sociedade. Daí alguns estudos que criticam a contabilidade criativa que, de certa forma, mascaram os dados reais e, consequentemente afirmam que as tomadas de decisões são baseadas em dados errôneos, o que pode ser um dos motivos que fizeram o Brasil chegar neste patamar de crise.

b) Com base na classificação das Principais Leis Orçamentárias faça análise:

i. Constituição Federal de 1988; relate e comente o artigo 37;

De acordo com o livro Contabilidade Pública de Roberto Bocaccio Piscitelli e Maria Zulene Farias Timbó (2009), a Constituição de 1988 condicionou a instituição de fundos de qualquer natureza à prévia autorização legislativa, além de ter determinado sua inclusão nos orçamentos. As Disposições Transitórias, por outro lado, previam sua extinção, se não ratificados pelo Congresso Nacional em dois anos, o que acabou não acontecendo, pois os fundos não ratificados foram recriados temporariamente pela Lei nº 8.173, de 30-1-91 (Plano Plurianual 1991/1995). Após sua recriação, esses fundos seriam extintos ao final do primeiro exercício financeiro subsequente à publicação da lei complementar sobre Finanças Públicas, prevista no art. 165, § 9º, da Constituição Federal, caso não fossem ratificados pelo Congresso Nacional, por lei, até o sexto mês anterior ao referido prazo de extinção. O projeto da mencionada lei complementar, como se sabe, não avançou, passados 30 anos da promulgação da Constituição. Frise-se que normas internas do Congresso Nacional tornam, hoje, improvável a criação de novos fundos.

Nesse sentido, Di Pietro (2014, p. 48) conceitua o Direito administrativo da seguinte maneira: Partindo para um conceito descritivo, que abrange a Administração Pública em sentido objetivo e subjetivo, definimos o Direito Administrativo como o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

Diante de uma atuação tão variada, por vezes surgem normas que são emanadas de um contexto ou de uma situação específica da atividade administrativa. Sendo assim, a base do Direito Administrativo deve estar solidificada de modo que proporcione segurança jurídica para seus administrados.

A solidez tanto dessas normas emergentes quanto daquelas já vigentes no ordenamento é constituído pelos princípios, também conceituados como base e estrutura, desde os gerais de Direito até os específicos de cada matéria. Tais princípios visam interligar os diversos institutos do Direito

Administrativo, objetivando a não contradição, a segurança jurídica e ao cumprimento das finalidades do Estado Democrático de Direito.

Assim, diante da gama de princípios existentes no Direito Administrativo, este trabalho delimitou-se aos princípios previstos no caput, do art. 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, objetivando-se de modo geral analisar a aplicação desses princípios, por meio de julgados e da ponderação, além dos instrumentos sancionatórios ante ao seu descumprimento, salientando sua relevância e eficácia.

O tema abordado traz importante contribuição para a sociedade, tendo em vista que estamos no Estado Democrático de Direito, o qual todo poder emana do povo, sendo necessário analisar se Administração Pública, na execução de suas atividades, tem observado seus princípios regentes, uma vez que afetam diretamente a segurança jurídica do Estado e o resguardo do Direito dos cidadãos.

A metodologia utilizada foi à bibliográfica exploratória, pautada em livros, artigos, revistas jurídicas, teses e dissertações, que foram consultadas por meio da internet, compra de livros e consulta à biblioteca.

Em 5 de outubro de 1988, sua promulgação foi marcada pelo discurso do então deputado federal e participante da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães:

“A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer! Muda, Brasil!”

ii. Lei nº 4.320/64, no Capítulo II da Receita Art. 9 e Art.11, bem como o Capítulo III da Despesa Art.12 e Art. 13, relate e comente;

De acordo com o site do Planalto (2023), a referida Lei nº 4.320/64 estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.¹ Como se pode constatar, o orçamento público também é um demonstrativo obrigatório e padronizado para cada esfera da Administração, englobando, inclusive, as empresas estatais que integram os chamados orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sujeitos à aprovação do

Legislativo, as assim denominadas “empresas dependentes”. Diferentemente das empresas privadas em geral, todas as estatais têm também orçamentos obrigatórios e padronizados, mesmo quando aprovados pelo Legislativo apenas seus investimentos, ou mesmo que submetidos apenas ao Executivo, sob a forma de programas de dispêndios globais, quando não dependerem de recursos do Tesouro e não efetuarem investimentos. Todos estes cuidados são necessários para garantir à sociedade que tome conhecimento dos programas de governo e se assegure de seu cumprimento.

Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

II - subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivam diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Art. 13. Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, obedecerá ao seguinte esquema:

DESPESAS CORRENTES

- Despesas de custeio.
- Pessoa Civil.

- Pessoal Militar.
- Material de Consumo.
- Serviços de Terceiros.
- Encargos Diversos.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

- Subvenções Sociais.
- Subvenções Econômicas.
- Inativos.
- Pensionistas.
- Salário Família e Abono Familiar.
- Juros da Dívida Pública.
- Contribuições de Previdência Social.
- Diversas Transferências Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

- Obras Públicas.
- Serviços em Regime de Programação Especial.
- Equipamentos e Instalações.
- Material Permanente.
- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas.

Inversões Financeiras

- Aquisição de Imóveis.
- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras.
- Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento.
- Constituição de Fundos Rotativos.
- Concessão de Empréstimos.

- Diversas Inversões Financeiras.

Transferências de Capital

- Amortização da Dívida Pública.
- Auxílios para Obras Públicas.
- Auxílios para Equipamentos e Instalações.
- Auxílios para Inversões Financeiras.
- Outras Contribuições.

iii. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 maio 2020), comentar sobre o Capítulo III, seção I, da Previsão e da Arrecadação da Receita e o Capítulo IV, seção I, da geração das despesas e subseção Art.15,16,17; (não devem incluir os parágrafos somente os artigos).

De acordo com o site do Planalto, sobre a Lei Complementar 101 referente à Previsão e Arrecadação da Receita:

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considera os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8o, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa

De acordo com o site do Planalto, sobre a Lei Complementar 101 referente à Despesa Pública da Geração da Despesa:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

A CF no seu Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

A existência da Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101, de 4/5/2000), de modo algum, exclui a necessidade de se editar norma que sucederá a L. 4.320, está, ora em debate no Senado da República, enfocar os aspectos mais corriqueiros da orçamentação e da escrituração das receitas e despesas governamentais (abertura de créditos adicionais, classificação da receita e da despesa, conceituação de exercício financeiro, formato dos demonstrativos contábeis, dentre tantos outros aspectos da administração financeira).

Em suma, a Lei Fiscal disciplina o manejo das contas públicas visando objetivos macroeconômicos (nível geral de preços, dos juros etc), sendo, pois, um instrumento de política fiscal. Já a sucedânea da L. 4.320 adapta a rotina financeira dos entes estatais ao grande intuito de cumprir os objetivos fiscais da Nação. As duas leis se complementam num direito financeiro que, até então, carecia de conteúdos normatizadores.

De acordo com o Site JusBrasil (20 de Novembro de 2023) referente ao Artigo 165, da Constituição Federal de 1988, o Plano PluriAnual (PPA) – estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. O plano de médio prazo, por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao alcance dos objetivos e das metas fixados para um período de quatro anos, intercalado em dois mandatos.

Objetivo do PPA :

- Organizar os programas para melhor equilíbrio entre custo, qualidade e prazo;
- Assegurar compatibilidade com a orientação estratégica e com os recursos disponíveis;
- Proporcionar alocação de recursos nos orçamentos com planos;
- Melhorar o desempenho gerencial da Administração Pública;
- Estimular parcerias internas e externas;
- Permitir a avaliação do desempenho físico e atingimento dos objetivos;
- Criar condições para o aperfeiçoamento constante, quanto à qualidade e produtividade;
- Oferecer elementos para que os controles interno e externo possam relacionar a execução física e financeira com os resultados da atuação do governo;
- Explicitar a distribuição regional das metas e gastos; e
- Dar perfeita transparência à aplicação dos recursos e aos resultados obtidos.

Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública, no qual inclui despesas de Capital do exercício seguintes a realizar, orienta a elaboração da LOA, dispõe alterações na legislação tributária, define política de aplicação das agência financeira de fomento e constitui elo entre PPA e o LOA. Orienta a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos pelo orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), de forma a adequá-los às diretrizes, aos objetivos e às metas da administração pública estabelecidos no PPA (plano plurianual).

Lei do Orçamento Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, uma lei que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro viabiliza a realização das ações planejadas no Plano Plurianual e transformá-las em realidade. Elaborada de acordo com : - Plano Plurianual; - Lei de Diretrizes Orçamentárias; - LRF e programa as tarefas a executar no exercício de acordo com os objetivos determinados. O artigo 165, § 5o, da Constituição, a LOA compreenderá: ORÇAMENTO FISCAL, ORÇAMENTO de INVESTIMENTO e ORÇAMENTO da SEGURIDADE SOCIAL.

ORÇAMENTO FISCAL referente aos poderes, seus fundos, seus órgãos e suas entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, além das estatais dependentes, representa o plano de ação fiscal implementado pelo setor governamental para um determinado exercício financeiro. Na CF/88. esse orçamento detalha as receitas que poderão ser arrecadadas pelo Estado, pelo exercício do seu poder fiscalizador, entre outras, assim como suas respectivas utilizações em programas governamentais.

ORÇAMENTO de INVESTIMENTO são os orçamentos onde o Estado, direta ou indiretamente, detenha o poder de deliberação sobre as questões da sociedade. corresponde à programação de investimentos de todas as empresas de que a União, o Estado ou o Município participem direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Exemplo: Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

ORÇAMENTO da SEGURIDADE SOCIAL abrange todas as entidades e todos os órgãos vinculados à seguridade social, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo poder público. compreende as ações de saúde, previdência e assistência social, inclui o detalhamento das receitas vinculadas aos gastos da seguridade social.

Exemplos : pagamentos de aposentadorias, pensões, e benefícios, os gastos com hospitais, medicamentos e Bolsa Família.

3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

MCASP conceitua:

ORÇAMENTO é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período.

A importância do orçamento público. A Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade.

A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes. A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.

Garcia (2012) define as diferenças entre orçamento empresarial e público, sendo elas:

ORÇAMENTO EMPRESARIAL: Obtenção de lucros mediante um excesso das receitas sobre as despesas.

ORÇAMENTO PÚBLICO: Satisfação das necessidades coletivas (DESPESAS) por meio de receitas que poderão cobri-las (EQUILÍBRIO) ou não (DÉFICIT).

Em princípio, nas empresas privadas as receitas condicionam as despesas e nas entidades estatais, são as despesas que determinam a extensão das receitas.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como grande função fornecer informações úteis aos usuários e auxiliar na fiscalização da gestão dos recursos de origem pública.

- artigo 48 “São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”

- artigo Art. 51. “O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.”

Diante dessas atribuições, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) editou um plano de contas, que passou a vigorar a partir de 2015, cujo alcance é de caráter obrigatório para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais dependentes.

A estrutura do novo PCASP buscou facilitar a compreensão, a lógica, a transparência dos registros relativos aos atos e fatos contábeis brasileiros, a fim de permitir, realmente, que a contabilidade possa ser uma fonte confiável para fornecer informações úteis.

Assim, o controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial fica estruturado em bases mais sólidas, o que propicia um maior entendimento por parte dos usuários das informações contábeis, quando essas são padronizadas.

De acordo com De Paula (2019), o Plano de contas é um conjunto de contas que representam os eventos e movimentações econômicas e financeiras que acontecem durante as atividades e operações de uma empresa. Portanto, o objetivo é nortear os trabalhos contábeis de registro das operações.

Na estrutura do plano de contas do setor público, umas das considerações importantes são os seus atributos.

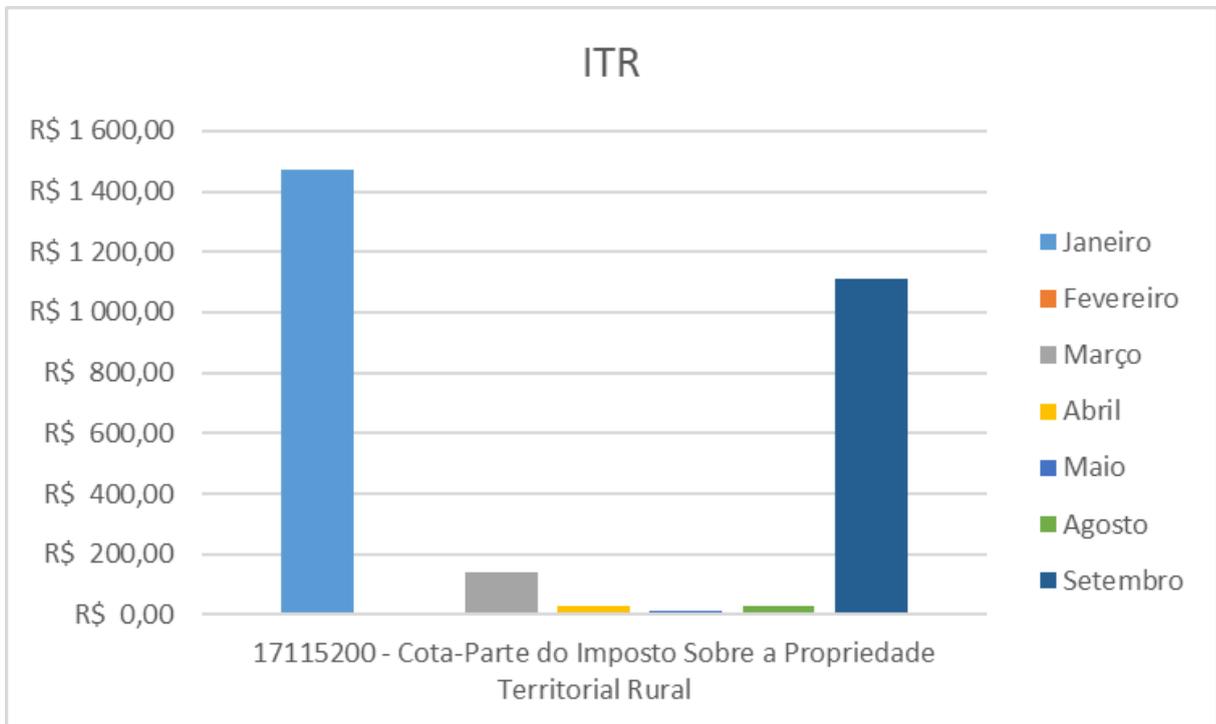
De acordo com o site Estratégia Concursos (2022), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público reúne as seguintes obrigatórias demonstrações contábeis:

- balanço orçamentário;
- balanço financeiro;
- balanço patrimonial;
- demonstração das variações patrimoniais;
- demonstração dos fluxos de caixa;
- demonstração das mutações no patrimônio líquido;
- notas explicativas.

“Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs para a prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão”. NBC TSP Estrutura Conceitual (CFC, 2016)

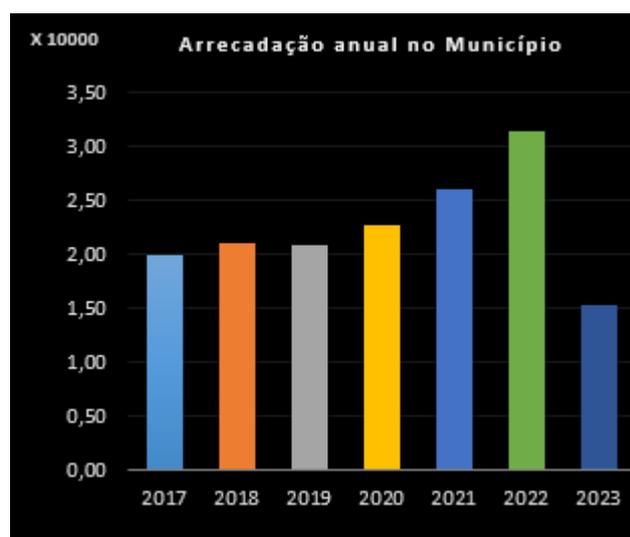
Após realizar a pesquisa no portal da transparência - TCE foi identificado os valores de receitas e despesas rural do município de Santo Antônio do Jardim, onde está localizado a empresa de café Guilherme Tonon.

Figura 2: Painel de acompanhamento Receita com o Imposto sobre a propriedade territorial rural de 2023

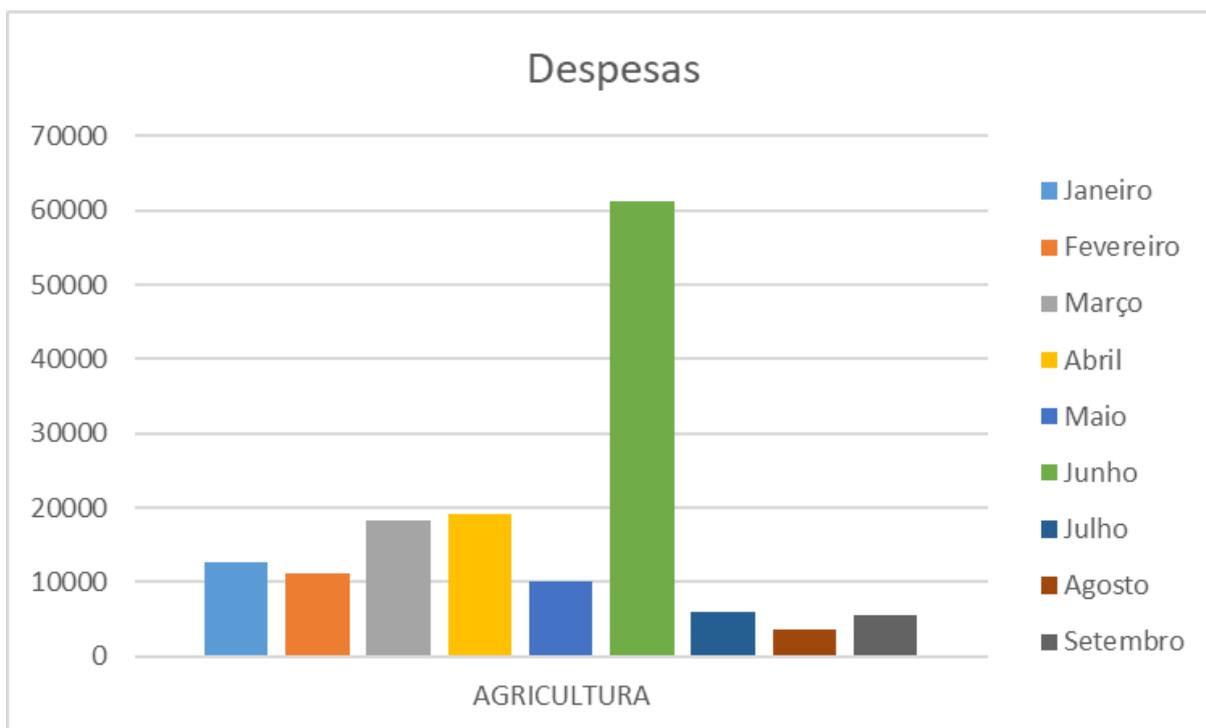


Fonte: Prefeitura de Santo Antônio do Jardim (2023)

Figura 3: Painel de acompanhamento da arrecadação do ITR 2017-2023



Fonte: GOV (2023)

Figura 4: Despesas com agricultura município de Santo Antônio do Jardim

Fonte: Prefeitura de Santo Antônio do Jardim (2023)

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE

A unidade de formação para a vida tem uma grande relevância para a vida acadêmica pois a liderança na atualidade é um fator muito importante para as organizações. Ela representa um indicador fundamental para o desenvolvimento do potencial da empresa. E pode proporcionar nas pessoas, segurança, confiança, engajamento, uma direção e sincronizar estas mesmas pessoas, com seus esforços, para alcançar os objetivos esperados pela empresa.

A liderança é identificada como uma das principais competências de um gestor. Isto posto, implica que uma liderança forte ajuda a empresa no alcance dos seus objetivos, quanto que, uma liderança fraca reduz este potencial e, com o passar do tempo, pode destruí-lo.

3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE

Tópico 1 - A ARTE DE INFLUENCIAR PESSOAS

Ao falar sobre a arte de influenciar pessoas. A verdade é que a influência é uma arte que pressupõe lidar com as emoções de outras pessoas. Influenciar pessoas requer, antes de tudo responsabilidade, ética e respeito ao próximo.

- **MUDANÇA DE PARADIGMA**

O conceito é amplo, mas podemos definir liderança como a capacidade de engajar determinado grupo de pessoas na busca de um objetivo comum. Liderança, antes de ser um cargo, é uma competência que pode ser desenvolvida e compartilhada. É um processo de dentro para fora, antes de qualquer outro passo.

- **OS PAPÉIS CENTRAIS DA LIDERANÇA**

Liderar não é tarefa fácil. Talvez você esteja pensando que para ser líder alguém precisa dizer que você é o líder de um projeto ou de uma equipe. Nem sempre. Existe a liderança formal e a liderança informal. Bons líderes são como guias turísticos. Conhecem o caminho porque já fizeram aquela viagem antes, fazem o que podem para tornar o passeio agradável para todos, e quando não conhecem o caminho, têm a habilidade de construí-lo em equipe. O papel da liderança é engajar outras pessoas para que, juntas, possam alcançar objetivos comuns, além de estar relacionado a:

Estimular as pessoas a darem o seu melhor. Isso tem a ver com a capacidade de inspirar outras pessoas. Capacidade de delegar. Para delegar, um líder deve conhecer as habilidades de cada um da equipe e se esforçar sempre para ter a pessoa certa no lugar certo. Ser exemplo. Se você espera que sua equipe trabalhe duro e o faça com qualidade, você é o primeiro a dar esse exemplo. Não há motivação maior do que um líder comprometido com o projeto que você também ajuda a criar.

Um líder que não faz gestão do tempo pede muitas coisas ao mesmo tempo e quando tudo é prioridade, nada é prioridade. A capacidade de delegar tem a ver com a questão de aos poucos deixar de ser um executor para um articulador de como as coisas devem acontecer. Delegar é o contrário de centralizar.

Tópico 2- Líder de mim mesmo

Você não estará pronto para liderar outras pessoas se antes não decidir liderar a si mesmo. Ser líder de mim mesmo significa começar com você mesmo, de dentro pra fora.

Para liderar a própria vida é preciso desejar. Desse passo dependem todos os outros. Para ser líder de si mesmo o autoconhecimento é essencial. Portanto, pergunte a si mesmo:

- O que gosto de fazer?
- Por que faço o que faço?

- Como reajo aos desafios?
- Quais os meus valores?
- Quais as minhas potencialidades e fraquezas?

Sempre é possível fazer o que fazemos de forma diferente, e quando isso acontece, resultados diferentes também aparecem. Talvez a habilidade que mereça maior atenção nesse processo de auto-liderança seja o desenvolvimento da Inteligência Emocional.

Antes de liderar os outros, é preciso liderar a si mesmo, para que você saiba tomar as decisões corretas para seu time.

- Tomar decisões por si mesmo, sem depender frequentemente de outras pessoas.
- Olhar para si mesmo e refletir sobre o que mudar, o que melhorar, o que começar a fazer e não esperar que as outras pessoas apontem sobre isso.
- Olhar para si mesmo e refletir sobre o que mudar, o que melhorar, o que começar a fazer e não esperar que as outras pessoas apontem sobre isso.
- A liderança de seus comportamentos. Em geral, as pessoas são admitidas pelas habilidades técnicas e demitidas por seus comportamentos.

SEJA A MELHOR VERSÃO DE VOCÊ MESMO

Ser a sua melhor versão é ter a coragem para mudar e superar as dificuldades. Descobrir o potencial que naturalmente você tem e aquele que você conquistou. Valorizar o seu merecimento e buscar a disposição para criar oportunidades quando elas ainda não existem. Ser a melhor versão de você mesmo é ter a certeza de que tudo que precisa ser feito, merece ser bem feito.

Tópico 3 -Líder de outras pessoas

Durante muito tempo os líderes das grandes empresas estavam restritos ao ambiente corporativo. Atualmente, muitos desses líderes ganharam a atenção da mídia e do público que passaram a acompanhar seu desempenho, trajetória e métodos de trabalho. Você já notou a quantidade de biografias sobre líderes empresariais que são lançadas a todo instante?

A ESSÊNCIA DA LIDERANÇA ESTÁ NA CONFIANÇA

O princípio da liderança está na crença na Humanidade. O líder que pretende mobilizar pessoas precisa ter como característica principal a confiança em si e nos outros.

Na liderança do mundo VUCA, o conhecimento técnico é requisito é o conjunto de comportamentos, diferencial. Por isso, os seguintes aspectos são essenciais:

- Bom-senso
- Ética e respeito
- Inteligência emocional
- Inteligência nos relacionamentos
- Capacidade de confiar no seu time.

DESPERTE A MELHOR VERSÃO NOS OUTROS

O líder tem a oportunidade de gerar oportunidades. Existe uma passagem bastante conhecida sobre liderança que diz que nós nos tornamos do tamanho de nossos líderes. Um grande líder te faz grande é o contrário também é verdadeiro.

Dar oportunidade ao outro passa pela compreensão de que ninguém é excelente em algo que faz pela primeira vez e que a excelência só vem com a repetição. Isso é confiar. Como dizer que alguém não é capaz de algo que nunca fez?

O líder na sua essência tem a capacidade de liberar o potencial das outras pessoas, tornando as maiores e melhores constantemente. Desenvolve muito mais do que seguidores: de envolver outros líderes.

Outro ponto comum é a cultura de alguns líderes em estimular as pessoas para que se tornem peritas em suas fraquezas, passando grande parte do tempo de suas carreiras tentando remediá-las. O caminho é o contrário: estimular as pessoas a descobrirem seus pontos fortes e investirem tempo e energia nisso.

Tópico 4: Conheça seu estilo

LIDERANÇA SITUACIONAL

Refletimos bastante sobre a liderança em seus diversos aspectos. Mas qual o modelo ideal de liderança? Um líder deve seguir somente um estilo?

Podemos apontar diversos estilos de liderança: a autocrática, democrática e liberal CHIAVENATO,2003.No cotidiano, são utilizados os três processos de acordo com a situação, com as pessoas e com as tarefas a serem executadas.

ESTILO DIRETIVO

O estilo diretivo é indicado para equipes com nenhuma ou baixa maturidade na função. Nesse caso, o líder define o que, quem e como fazer. É uma situação em que os

integrantes da equipe estão em fase de aprender a executar as tarefas, e em que o papel do líder é treinar uma equipe e acompanhar a tarefa até o fim.

ESTILO PARTICIPATIVO

O estilo participativo estimula todos a desenvolverem suas habilidades, provoca o engajamento e o pertencimento. A liderança participativa faz com que os membros da equipe busquem algo muito além da compensação financeira, uma vez que são parte da decisão e corresponsáveis pelos resultados.

É uma via de mão dupla. O líder busca nos membros da equipe as sugestões, considerando as habilidades de cada um. Nesse estilo, a marca é a confiança e a autonomia da equipe, podendo, em alguns casos, caminhar sozinha em momentos de ausência do líder. Esse estilo é indicado para quando a equipe tem uma maturidade que está em transição de razoável para alta em relação à execução das tarefas.

ESTILO LIBERAL

Nesse estilo, no qual a equipe tem alta maturidade, o líder ouve, analisa as informações, mas estimula que a equipe tome a decisão. A liderança liberal também é definida pela ausência de influência direta do líder, deixando que a equipe tome as decisões com autonomia e liberdade, participando quando a sua ação for exigida.

Cabe ao líder o desafio de adaptar seu estilo à equipe e a cada integrante dela, considerando que podemos ter colaboradores em níveis distintos de maturidade. Por fim, não existe um estilo de liderança ideal, mas sim aquele que se adapta às situações e à maneira como a equipe está formada. É um desafio que pode ser driblado e a metodologia da Liderança Situacional é o caminho que indicamos.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Neste tópico foi elaborado um vídeo sobre os pontos apresentados nos tópicos anteriores, referente aos líderes que estão em todo lugar: no trabalho, na escola, na comunidade. São pessoas que sabem direcionar e influenciar os grupos que lideram, incentivando e ajudando as pessoas a superarem obstáculos. A Liderança tem a ver com relacionamento. Algumas vezes, de um para um, e em outras, de um para muitos. A confiança é o elemento central para construir relacionamentos duradouros. E é algo que cabe ao líder estimular e cultivar.

No link a seguir, mostra o vídeo que desenvolvemos para realizarmos melhor a prática sobre a liderança na atualidade.

https://youtu.be/Vh1XLTg_qCM?feature=shared

4 CONCLUSÃO

O Agronegócio é o motor da economia nacional, registrando importantes avanços quantitativos e qualitativos; mantém-se como setor de grande capacidade empregadora e de geração de renda, e cujo desempenho médio tem superado o desempenho do setor industrial. Ocupando posição de destaque no âmbito global, tem importância crescente no processo de desenvolvimento econômico. Tendo em vista a importância do Agronegócio para economia nacional, a Contabilidade assume, então, um papel fundamental na administração desse segmento.

Neste trabalho observamos o papel da contabilidade no agronegócio, analisando o produtor rural Guilherme Tonon, por meio dessa ciência social, foi possível ter dados precisos sobre o desempenho da organização, e assim controlar melhor o patrimônio, os custos, as despesas, as receitas e tomar decisões de uma forma mais estratégica, mudando as estratégias quando necessário e seguindo o planejamento quando identificado como correto.

No tópico de tópicos especiais, utilizamos para contabilizar, a agricultura que representa, toda a atividade de exploração da terra, seja pelo cultivo de lavouras e florestas, ou pela criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer as necessidades humanas, a contabilidade tem como base, o CPC 29 - ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA. Além disso, dentro do mercado financeiro do agronegócio, foi exposto os contratos de opção, contratos a termo e os contratos futuros, que representam uma operação mais intensiva no mercado futuro e que podem ser uma saída para os produtores rurais. Um contrato futuro nada mais é do que um contrato de compra e venda entre dois investidores, assim, o Guilherme pode garantir um preço justo pela venda de sua produção, de modo que consigam ao menos cobrir os custos relacionados ao plantio desta cultura, já que, como qualquer cultura de produção agrícola, o café está sujeito aos efeitos do clima.

No módulo de gestão de investimentos e riscos, demonstrou-se que a gestão de riscos é um processo por meio do qual são tomadas decisões de aceitar um perigo em potencial conhecido ou de minimizá-lo, com utilização de instrumentos apropriados. Essa gestão é muito importante em qualquer empresa, pois num mercado globalizado, um fato econômico ocorrido na Ásia, do outro lado do mundo, provoca reflexo imediato na economia brasileira. Foi demonstrado também, um projeto de investimento e seu possível retorno para o produtor rural, onde o presente estudo demonstrou através da análise financeira que a atividade de café irrigado é presumivelmente viável economicamente, pois as variáveis financeiras investigadas

são satisfatórias, porém o aumento médio e a produtividade podem vir a ter variações dependendo da região, clima, tipo de solo ou outros fatores externos.

Para enfatizar o investimento, foi demonstrado um dashboard, que é uma ferramenta que, em português, significa painel de controle, ou seja, a partir dela é possível realizar toda a gestão de dados de um projeto. Com isso, é possível ter um maior auxílio na exibição de métricas que indicam como um processo, campanha ou a saúde de um negócio está se desenvolvendo.

O terceiro tema abordado, foi a contabilidade pública, ou contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), que nada mais é que o ramo da ciência contábil que possui o objetivo de captar, registrar e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades que compõem a Administração Direta e Indireta dos entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal). E os conceitos da Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública, no qual inclui despesas de Capital do exercício seguintes a realizar, orienta a elaboração da LOA, que por sua vez é a Lei do Orçamento Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, uma lei que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro viabiliza a realização das ações planejadas no Plano Plurianual, que por sua vez é onde se estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Concluimos que, a equipe não encontrou grandes dificuldades na obtenção das informações, uma vez que o produtor rural, se mostrou solícito em ajudar com todas as informações pedidas. Para trabalhos futuros, destacamos a importância da organização dos tópicos e do reconhecimento das necessidades das informações a serem preenchidas, bem como o bom entendimento dos tópicos abordados.

REFERÊNCIAS

A agricultura e o mercado futuro. Disponível em:

<<https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/a-agricultura-e-o-mercado-futuro>>. Acesso em: 30 set. 2023.

CAFÉ IRRIGADO APRESENTA BONS RESULTADOS. Disponível em:

<https://www2.feis.unesp.br/irrigacao/cafe_irrigado.htm>. Acesso em: 15 out. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CPC 29 - ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA. Disponível em:

<<https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 30 set. 2023.

Demonstrações contábeis do setor público para o TCE TO. Disponível em:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/demonstracoes-contabeis-tce-to/>

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. Psicologia para Administradores: As teorias e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: EPU, 1986.

Introdução Geral ao Orçamento Público. Disponível em:

[file:///C:/Users/Paulo/Downloads/Aula%201%20-%20Fabiano%20Garcia%20Core%20\(D%204.9%20%E2%80%93%20Sistema%20de%20Or%20C%20A7amento%20Federal\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Paulo/Downloads/Aula%201%20-%20Fabiano%20Garcia%20Core%20(D%204.9%20%E2%80%93%20Sistema%20de%20Or%20C%20A7amento%20Federal)%20(1).pdf)

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Lei do Orçamento. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>.

Acesso em: 1 out. 2023.

MAXWELL, John C. O livro de ouro da liderança. Rio de Janeiro: Tho-mas Nelson Brasil, 2008.

MEDINA, José. **Constituição Federal Comentada**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2022. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/constituicao-federal-comentada/1540359570>. Acesso em 20 de Novembro de 2023.

NAPOLEÃO, B. M. Matriz de Riscos (Matriz de Probabilidade e Impacto). Disponível em: <<https://ferramentasdaqualidade.org/matriz-de-riscos-matriz-de-probabilidade-e-impacto/>>. Acesso em: 15 set. 2023.

OLIVEIRA, M. E. R. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE DE SUA RELEVÂNCIA E APLICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA. [s.d.]. Disponível em: <<https://portal-services.tce.ms.gov.br/portal-services/files/arquivo/nome/13960/9278fa6bc0eff4a73b5bc407ced15b30.pdf>> Acesso em: 15 out. 2023.

O que é um plano de contas? Conheça os tipos, como fazer e para que serve. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/plano-de-contas/>

Piscitelli, Roberto B. Contabilidade Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, (14th edição). Grupo GEN, 2019.

Porque o seu cafeeiro é mais produtivo em um ano do que em outro. Disponível em: <<https://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/cafes/porque-o-seu-cafeeiro-e-mais-produtivo-em-um-ano-do-que-em-outro.html>>. Acesso em: 28 out. 2023.

Portal da Transparência. Disponível em: <<https://www.sajardim.sp.gov.br/portal-da-transparencia>>. Acesso em: 3 nov. 2023.

Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1243/1170>>. Acesso em: 30 set. 2023.

VIEIRA, J. B.; DE SOUZA BARRETO, R. T. Governança, gestão de riscos e integridade. [s.l.] ENAP, 2019.